

Loïc Wacquant. *The invention of the “underclass”: a study in the politics of knowledge*. Cambridge, UK; Medford, USA, Polity Press, 2022.

Por Douglas Alexandre Santos Silva
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9588-9919>

Por Lina Penati Ferreira
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-8725-828X>

O que acontece quando uma noção utilizada como ferramenta analítica se torna o próprio objeto da análise? Esse é o exercício proposto por Loïc Wacquant em *The invention of the “underclass”* (2022), livro que apresenta uma reflexão acerca do debate sobre raça e pobreza nos Estados Unidos entre os anos de 1977 e 1997. Nesse período, as ciências sociais daquele

país foram tomadas por numerosas referências à categoria “*underclass*”. No livro, Wacquant documenta a vida e a morte desse termo e analisa como uma ideia volátil, mutável e sem contornos analíticos claramente definidos pôde adquirir tanta popularidade.

O argumento central de Wacquant é que a noção de “*underclass*” foi utilizada como uma ferramenta política para a gestão da pobreza, mesmo sem apresentar contornos analíticos claros e precisos. Segundo o autor, a ideia saltou de um “protoconceito” (Merton, 1984) para um dispositivo que embasava diagnósticos e intervenções públicas disciplinares baseadas em uma construção simbólica da ameaça. Nessa circunstância, a ameaça era representada pelos hiperguetos, uma constelação socioespacial presente nas grandes cidades dos Estados Unidos, onde pobreza e raça se misturavam atraindo olhares de experts, fundações filantrópicas, jornalistas e políticos.

O livro está organizado em duas partes, introduzidas por um prólogo e sucedidas por um “coda”. No prólogo, Wacquant apresenta o contexto e o argumento geral do livro em uma dupla chave, teórica e etnográfica. Do ponto de vista teórico, são apresentadas as bases da investigação sociológica sobre a origem, o auge e o declínio do conceito de “*underclass*”. A micro-história desse termo é desenvolvida na medida em que as mudanças semânticas por ele sofridas são relacionadas às posições ocupadas pelos atores envolvidos na controvérsia a seu respeito. Wacquant baseia seu esforço no encontro promovido entre a história dos conceitos de Reinhart Koselleck (2002) e a sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu (2004).

Do ponto de vista etnográfico, o esforço se concentra na consideração e análise da participação do próprio autor nesse debate. Entre 1985 e 1994, em meio ao auge das discussões

sobre “*underclass*” – quando as fundações Ford e Rockefeller aportavam recursos generosos para projetos de pesquisa sobre o tema –, Wacquant realizava sua pesquisa doutoral sob a orientação de William Julius Wilson¹, cujo trabalho se constituía então como uma das referências primordiais para esse debate. O relato de Wacquant como participante de um projeto de pesquisa sobre o tema que ele agora aborda criticamente deixa entrever que, naquela época, os argumentos desenvolvidos neste livro já eram por ele pautados em discussões com seus colegas de trabalho, ainda que sua posição ali parecesse marginal e sem aderência.

A primeira parte do livro apresenta a trajetória e anatomia do conceito de “*underclass*”. Embora o termo já circulasse no ambiente intelectual estadunidense durante a década de 1960, advindo das elaborações do economista Gunnar Myrdal (1963), ele foi ofuscado por outras duas grandes ideias que dominaram o debate sobre pobreza naquele momento: o “emaranhado de patologias” de Moynihan (1965) e a “cultura da pobreza” de Lewis (1966). Com o fracasso desses conceitos, o termo “*underclass*” – até então pouco proeminente – apareceu como um bom dispositivo retórico para lidar com o “problema” não resolvido. Impulsionada pelas fundações filantrópicas, não demorou muito para que a expressão navegasse por outros mundos. Em 1977, a palavra “*underclass*” estampava o centro da revista *Time* (Russell, 1977). Mas foi durante a década de 1980 que o tema ganhou maior repercussão entre os jornalistas, sendo então reincorporado pela sociologia acadêmica. Nesse contexto, também passou a ser utilizado por políticos, ganhando ênfase nas formulações das políticas públicas. O resultado, segundo Wacquant, foi a popularização de uma ideia que, além de misturar preconceitos culturais

e de classe, parecia ter como pressuposto um tipo de conhecimento mais ou menos especializado, que não se definia, entretanto, de maneira precisa.

Essa relativa ausência de rigor da noção de “*underclass*” também estava relacionada, segundo Wacquant, às diferentes formas de enquadramento do “conceito”. O termo figurava no centro de pelo menos três abordagens distintas, denominadas por ele “*Bermuda triangle of the underclass*”. A primeira dessas abordagens enfatizava aspectos estruturais da questão da pobreza e defendia a ideia de que uma subclasse desempregada e não empregável tomava forma nos Estados Unidos. Os afro-americanos eram o grupo que potencialmente estaria nessa condição, embora outros grupos raciais não estivessem excluídos do processo. A segunda abordagem definia o que era a “*underclass*” com base na análise de características comportamentais, entendidas como a chave para a identificação do grupo. Para essa linha, o comportamento antissocial, demarcado pela ausência de padrões de certa moralidade nacional, era não apenas entendido como a característica central da “*underclass*”, mas também como uma característica de raça. A terceira e última abordagem estava fundamentada em uma concepção neoecológica, centrada numa esfera analítica intermediária – o ambiente social, em específico os guetos majoritariamente ocupados por afro-americanos. Essa perspectiva tratava o gueto como um multiplicador no avanço da marginalidade.

A partir de diferentes prismas, o conceito de “*underclass*” se consolidou no cenário estadunidense, dentro e fora da academia, e atingiu seu pico de popularidade em 1992, seguido por uma vertiginosa queda. Segundo Wacquant, três circunstâncias colaboraram para seu declínio: (i) o distanciamento de William Julius

Wilson (1996) do termo “*underclass*”, após suas denúncias sobre como os jornalistas faziam um uso sensacionalista e racista do termo; (ii) o desinteresse da Fundação Rockefeller, que desativou prematuramente os incentivos financeiros devido à contínua discordância entre os pesquisadores acerca da existência ou não da “*underclass*” e, por outro lado, à inabilidade dos mesmos em conectar as pesquisas acadêmicas com as preocupações dos formuladores de políticas e dos ativistas comunitários; e (iii) as mudanças do *welfare state* implementadas pelo governo democrata de Bill Clinton em 1996. A queda na popularidade do conceito de “*underclass*” é uma comprovação da farsa que o permeava, ou seja, a confirmação de que o termo funcionava como ficção adequada para “expressar a reação coletiva de medo e repulsa à intrusão material e simbólica do precariado negro nos espaços mentais e físicos da classe média” (p. 112, tradução livre).

Com isso, Wacquant propõe a seguinte questão: o que se pode extrair da trajetória errática da categoria “*underclass*”, mais talhada a produzir uma realidade do que efetivamente analisá-la? No decurso de todo o livro, está presente o argumento de que a *underclass* representa, na verdade, um “*phantom group*” (p. 122). Seu sucesso como conceito nas ciências sociais poderia ser explicado por três fenômenos: (i) o “efeito manada” que dominou a academia e bloqueou perspectivas críticas; (ii) a bolha de especulação conceitual em torno da “*underclass*” e da sua capacidade explicativa; e (iii) a ênfase nas “problemáticas prontas para uso” (*turnkey problematics*), orientadas pela urgência em responder problemas sociais.

A segunda parte do livro é dedicada a extrair lições metodológicas e epistemológicas a partir dos equívocos e falhas expostos nos capítulos anteriores. Wacquant lembra que o

ato de produzir realidades sociais começa pelo poder que garante a capacidade e a legitimidade da nomeação, já que as categorias simbólicas informam nossa percepção sobre o mundo e, como tal, orientam nossas ações, individuais e coletivas. Já a fragilidade da *underclass* como categoria explicativa possui, para Wacquant, duas razões. A primeira diz respeito à falta de comparação histórica com outros conceitos que buscaram intersectar desenvolvimento capitalista e urbanização. Segundo o próprio Wacquant (p. 10, tradução livre), foi o seu “treinamento numa tradição [sociológica] europeia, que é ao mesmo tempo mais teórica e mais histórica do que a americana”, que o tornou mais alerta que seus colegas estadunidenses aos perigos de classificar aquele fenômeno como novo e sem precedentes. Tal disparidade, a seu ver, se refletia na indiferença com que seus colegas de pesquisa haviam tratado o argumento que ele apresentara de forma insistente, qual seja, o de que o conceito de “*underclass*” passasse de uma ferramenta analítica para um objeto de análise. Mas a fragilidade da categoria “*underclass*” estaria também relacionada ao grau de permissividade que os acadêmicos estadunidenses consentiam aos atores extra-acadêmicos. O poder de influência das grandes fundações, como a Rockefeller e Ford, os medos e anseios das classes abastadas, refletidos nas manchetes de produções jornalísticas, tanto quanto a convergência de políticos liberais e conservadores em sua avaliação uníssona quanto ao perigo representado pela emergência daquela “quimera urbana” confluíram para tornar frágeis os contornos científicos do termo.

Pode-se dizer que uma das principais ambições levadas a cabo no livro consiste nesse exercício pelo qual o autor fornece uma espécie de manual para a pesquisa sociológica. Um

exercício de metodologia e epistemologia das ciências sociais que apresenta critérios semânticos, lógicos e heurísticos para que se alcance a elaboração de conceitos e categorias sólidos. A conclusão de Wacquant é categórica: a “*underclass*” não cumpre nenhum desses critérios satisfatoriamente. Sua sugestão é o emprego bastante cauteloso do termo “precariado”². Entre suas ressalvas, destaca-se a necessidade de limitar geograficamente o uso desse termo às sociedades do capitalismo ocidental avançado, devido às condições muito específicas que promoveram a formação desse grupo, a saber, o esfacelamento do pacto Fordista-Keynesiano.

No epílogo, denominado pelo autor “*Coda: resolving the trouble with ‘race’ in the twenty-first century*”, a discussão sobre relações raciais é tratada frontalmente. Sua intervenção nesse debate “problemático e volátil” (2022, p. 180, tradução livre) se faz por meio da tomada da “*underclass*” como uma categoria fundamentalmente racializada. O diagnóstico apresentado por Wacquant sobre o campo das relações raciais se faz, então, de modo direto. Esse campo padeceria de males tais como o foco exclusivo no Ocidente; a falta de historicização dos conceitos, facilitando a aceitação de noções de senso comum pelo debate acadêmico; a posição de centralidade dos Estados Unidos nos debates; bem como a lógica de julgamento exercida sobre os(as) autores(as) brancos(as) quando estes se debruçam sobre o debate racial. Raça, para Wacquant, é “uma modalidade pura de violência simbólica, a flexão da realidade social para se adequar a um mapa mental da realidade” (p. 185, tradução livre). Ou seja, uma forma imaginária e fictícia, sem apoio objetivo no mundo social, mas com força de legitimidade suficiente para que seja reproduzida pelo discurso acadêmico de forma acrítica. Por isso, para Wacquant, urgiria que

o campo aceitasse o compromisso de romper com o senso comum. Com efeito, os problemas apontados no debate sobre a “*underclass*” entre os anos de 1977 a 1997 são uma espécie de efeito e alerta dos desafios que se oferecem no debate mais geral sobre relações raciais.

Em suma, o livro oferece uma gama de *insights* e lições sobre a construção de conceitos, categorias analíticas e temas de investigação nas ciências sociais. Além disso, de forma mais ampla, convida o leitor à reflexão crítica sobre grandes ideias que circulam na fronteira entre o conhecimento científico e o senso comum nos nossos tempos.

Entretanto, uma série de apontamentos críticos lhe têm sido feitos. Segundo Matthias Fringrant (2024), a forma como Wacquant busca defender seus argumentos sobre raça e epistemologia se dá a partir da universalização de uma parte muito específica da história da “*underclass*”, aquela que vai de 1977 a 1997, ignorando debates mais longos e diversos sobre o tema. Jared Clemons (2023), por sua vez, ressalta que Wacquant apresenta de forma muito vaga sua proposta de enquadramento sobre relações raciais, utilizando as noções de casta, classe e etnia sem oferecer definições claras e efetivas. Por fim, destaca-se ainda a estranha sensação de Wacquant tratar, com seu livro, de um debate já morto, pois o trabalho aparece trinta anos depois de a “*underclass*” ter perdido sua relevância pública (Breslau, 2024)³.

Ademais, os argumentos sobre raça e racismo desenvolvidos neste livro já haviam sido parcialmente apresentados no artigo “Sobre as artimanhas da razão imperialista”, de Bourdieu e Wacquant (2002), publicado inicialmente em 1998 na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* e escolhido por Bourdieu como prefácio do livro *Escritos de educação* ([1998] 2007). Nesse artigo, os autores argu-

mentam que o debate sobre relações raciais desenvolvido no Brasil no século passado foi acometido pela mimetização das ideias que circulavam nos Estados Unidos. A pressão produzida pelo imperialismo norte-americano, via grandes fundações, como a Ford e Rockefeller, teria feito com que substituíssemos o nosso mito nacional das relações entre as raças presente em *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre ([1933] 2003) – o “mito da democracia racial” –, pelo “mito segundo o qual todas as sociedades são ‘racistas’, inclusive aquelas no seio das quais parece que, à primeira vista, as relações ‘sociais’ são menos distantes e hostis” (Bourdieu e Wacquant, 2002, p. 19). Esses argumentos e a forma exagerada como foram sustentados pelos autores, conduziram a críticas, igualmente duras, que imputaram a Bourdieu e Wacquant um desconhecimento sintomático do estado da arte do debate sobre relações raciais no Brasil (French, 2002).

Portanto, é no mínimo curioso que essa abordagem padeça de dois males que o próprio Wacquant diagnosticou no debate sobre a “*underclass*”. Seja no artigo “Artimanhas da razão imperialista”, seja no presente livro, os mesmos pressupostos e diagnóstico subjazem à argumentação: para o autor o debate sobre relações raciais, no Brasil e nos Estados Unidos, possui vieses sociais e políticos por estarem suscetíveis à influência de atores externos, no caso, o interesse das grandes fundações e *think tanks* estadunidenses. Por outro lado, uma vez que as ideias que circulam nesse debate não cumprem os critérios que o autor entende como requisitos para assegurar a qualidade social científica das produções acadêmicas, persistem ali vieses epistemológicos e metodológicos. Tomando como objeto esses argumentos, no caso específico do Brasil, é sabido que minimizar a realidade da discriminação e segregação

sociorraciais, como feito pelo autor (Bourdieu e Wacquant, 2002), significa fortalecer ideias cuja produção e circulação se ancoram fortemente no senso comum popular e das classes médias, bem como no radicalismo político da direita brasileira. Wacquant (2022) reproduz em seu novo livro argumentos antigos da sua produção intelectual, ao mesmo tempo que reforça problemas políticos e científicos que ele próprio denuncia, induzindo o leitor a conclusões baseadas em concepções limitadas e equivocadas do debate sobre relações raciais.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. (2007), *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- BOURDIEU, P. (2004), *Science of science and reflexivity*. Cambridge, UK, Polity Press.
- BOURDIEU, P. & WACQUANT, L. (2002), “Sobre as artimanhas da razão imperialista”. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24: 15-33. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000100002>.
- BRAGA, R. (2012), *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- BRESLAU, Daniel. (2024), “Wacquant, Loïc. The invention of the ‘underclass’: A study in the politics of knowledge”. *Ethnic and Racial Studies*, 47 (3): 607-608. <https://doi.org/10.1080/01419870.2022.2151930>.
- CLEMONS, Jared. (2023), “Wacquant, Loïc. The invention of the ‘underclass’: A study in the politics of knowledge”. *Sociology of Race and Ethnicity*, 9 (3): 412-415. <https://doi.org/10.1177/233264922211419>.
- FRENCH, J. (2002), “Passos em falso da razão anti-imperialista: Bourdieu, Wacquant, e o Orfeu e o poder de Hanchard”. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24: 97-140. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000100005>.

- FREYRE, Gilberto. ([1933] 2003), *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global.
- FRINGANT, Matthias. (2024), “Wacquant, Loïc. The invention of the ‘underclass’: A study in the politics of knowledge”. *International Sociology Reviews*, 39 (2): 162-169. <https://doi.org/10.1177/02685809241236840>.
- KOSELLECK, R. (2002), *The practice of conceptual history: Timing history, spacing concepts*. California, USA, Stanford University Press.
- LACHANSKI, Michael. (2023), “Wacquant, Loïc. The invention of the “underclass”: A study in the politics of knowledge”. *Critical Criminology*, 31 (2): 593-596. <https://doi.org/10.1007/s10612-023-09691-y>.
- LEWIS, Oscar. (1966), “The culture of poverty”. *Scientific American*, 215 (4), 19-25.
- MERTON, R. K. (1984), “Socio-economic duration: A case study of concept formation in sociology”. In: POWELL, W. & ROBBINS, R. (eds.), *Conflict and consensus*. Nova York, The Free Press, pp. 262-285.
- MOYNIHAN, Daniel Patrick. (1965), *The negro family: The case for national action*. Washington, DC, Office of Policy Planning and Research, US Department of Labor.
- MYRDAL, Gunnar. (1963), *Challenge to affluence*. Nova York, Random House.
- RUSSELL, George. (1977), “The American Underclass: Destitute and desperate in the land of plenty”. *Time Magazine*, August 20: 14-27.
- WILSON, William Julius. (1996), *When work disappears: The world of the new urban poor*. Nova York, Knopf.
- possível apenas no Norte Global, onde o esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social gerou grupos empobrecidos e marginalizados. Porém, na contramão desse argumento, o sociólogo brasileiro Ruy Braga propõe que o aparecimento do precariado, seja no Norte ou no Sul Global, estaria relacionado ao avanço da mercantilização do trabalho e à anarquia da reprodução do capital, que são constitutivos da relação salarial. Nesse sentido, o precariado não é um grande outro, o bastardo do salariado; ele é a condição de existência do salariado. Ou seja, na Europa ou nos Estados Unidos, o compromisso fordista protegeu a fração profissional branca, masculina, nacional e sindicalizada “à custa da reprodução da fração proletária não (ou semi) qualificada, feminina, negra, jovem e migrante” (Braga, 2012, p. 17).
3. Ressalta-se ainda o questionamento não só do conteúdo, mas em relação a detalhes formais do livro. É o caso, por exemplo, a respeito da Figura 5 (Wacquant, 2022), com a qual Wacquant busca apresentar o declínio do uso do conceito de “underclass” no final dos anos 1997; porém, não há ali uma comprovação evidente, uma vez que o gráfico revela que o uso da palavra em citações segue aumentando nas décadas de 2000, 2010 e 2020, contrariando assim a descrição apresentada pelo próprio autor (Lachanski, 2023).

Texto recebido em 05/08/2024 e aprovado em 12/08/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.227729.



Notas

1. A quem Wacquant dedica o livro.
2. Uma breve reconstituição de suas origens, bem como do desenvolvimento nas ciências sociais leva o autor à conclusão de que o emprego pleno desse termo é